

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social SEJUF-PR**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

3 **Reunião Ordinária COEDE/PR AGOSTO 2019**

4 Ao quinto dia do mês de agosto do ano de 2019, às treze horas e trinta minutos, na Sala de  
5 Gestão, Fani Lerner, no sétimo andar, da Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento  
6 Social SEDS, situada no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro  
7 Cívico, Curitiba, Paraná. Iniciou-se a reunião com a primeira chamada, sem quórum. Aguarda-  
8 se portanto a segunda chamada. Retomada às treze horas e cinquenta minutos, com  
9 apresentação dos Conselheiros Governamentais, Luis Felipe Gubert Braga Côrtes  
10 SEJUF/CPCD, Flavia Bandeira Cordeiro SEJUF/CPCD, Abimael Mardegan  
11 SEJUF/TRABALHO, João Guilherme Simão SEJUF/DEDIF, Claudia Camargo Saldanha  
12 SEED, Noemi Nascimento Ansay SETI, Eliseu Raphael Venturi SEPL; e Conselheiros da  
13 Sociedade Civil, Andréa Cristina de Fátima dos Santos, Associação de Pais e Amigos dos  
14 Excepcionais de Piraquara, Celma Maria Hadas dos Santos, Associação de Pais e Amigos dos  
15 Excepcionais de Cruzeiro do Oeste, Ricardo Vilarinho da Costa Universidade Livre para a  
16 Eficiência Humana - UNILEHU, Pedro Maria Martendal de Araujo Associação de Pais e  
17 Amigos dos Excepcionais de Cascavel, Celma Juliane Siqueira Gomes Federação Nacional de  
18 Educação e Integração dos Surdos FENEIS, Regina Rosa Pedrozo Rosa Associação de Pais e  
19 Amigos do Deficiente visual APADEVI e Ivã José de Pádua Associação Cascavelense de  
20 Pessoas com Deficiência Visual ACADEVI, Hoaraides Defante Souza Borges Associação de  
21 Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas. Convidadas CAOPI/PCD Meurlyn Jochitzki.  
22 Ressalva para a presença de dois (a) interpretes para a reunião. **Informes**, da Secretaria  
23 Executiva, senhora Jane Vasques. Informa que atas anteriores estão prontas e serão  
24 disponibilizadas para avaliação e aprovação de todos por e-mail. Leitura da pauta. **Pauta**  
25 **Aprovada. Justificativas de Ausência**, Isaac Ferreira SEJUF/TRABALHO, Carlos Renato do  
26 Rosário, Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Paranaguá, **Convites: Resposta**  
27 **ao Ofício Convite nº 083/2019 – COEDE/PR ao MPPR** - Confirmada a presença da Dra.  
28 Rosana Bevervanço na Reunião Ordinária do COEDE/PR, na data de 09/07/2019 às  
29 14:30hs, para apresentação da Nota Técnica Conjunta CAOPIPCD/CAOPIMAHU/ nº  
30 01/2018. - **Atas**: Ata da reunião ordinária do dia 03/07/2019, foi encaminhada por e-mail  
31 para aprovação e contribuição dos Conselheiros. Inicia-se a reunião com as boas vindas da

32 senhora Carla Regina Vice Presidente com a **Comissão de Políticas Básicas. Relatora:**  
33 **Horaides Defante.1.1. Dispensação de Bengalas – CMDPCD Histórico:** O Conselho  
34 Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba- CMDPCD, no uso de suas  
35 atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 14.545/2014, solicita a inclusão do tema Meio  
36 Auxiliar de Locomoção – BENGALA – Dispensação para que seja debatida por este  
37 Conselho também. A referida pauta tem sido recorrente nas discussões do Conselho  
38 Municipal. Para contextualização da problemática quatro representantes do CMDPCD  
39 estarão presentes na plenária para contextualização das questões, da demanda e do  
40 impacto para as pessoas com deficiência que necessitam deste direito. **Parecer da**  
41 **Comissão:** O item 1.2 responde. **Parecer do COEDE:1.2. Resposta ao ofício 054/2019**  
42 **COEDE/PR – Dispensação de Bengalas Histórico:** Este Conselho, por meio do ofício nº  
43 054/2019, solicitou à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba informações em relação a  
44 dispensação de bengalas para pessoas com deficiência visual, com critérios de tempo de  
45 espera e instituições responsáveis pela dispensação. **Retorno:** Em resposta ao ofício  
46 054/2019 a Diretoria do Departamento de Atenção à Saúde, por meio da Informação nº  
47 415/2019 – DAS, informa que o Centro Hospitalar de Reabilitação – CHR,  
48 estabelecimento responsável pela dispensação das bengalas, está em fase de mudança  
49 de entidade mantenedora. “A Resolução nº 014/2019 publicada em 17/06/2019 no Diário  
50 Oficial do Paraná, aprova o Extrato Consensual e encerra as obrigações da FUNEAS –  
51 Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná com o CHR. A Resolução  
52 nº 353/2019 (Diário Oficial do Paraná, 17/06/2019), dispõe a constituição do Complexo  
53 Hospitalar do Trabalhador (HT) através da incorporação pelo HT do CHR, do Centro de  
54 Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal – CAIF e do Centro Regional de  
55 Especialidades – CRE Kennedy. Contudo, faz-se necessário a estabilização desse  
56 processo de mudança de gestão para dar continuidade ao processo de licitação de  
57 bengalas, de modo a atender os usuários que aguardam o referido instrumento”. **Parecer**  
58 **da Comissão:** Para ciência. O Conselheiro Ivã se pronuncia e informa que em Cascavel  
59 esta sem bengala também, pela falta de recurso, um problema que os cegos da região  
60 oeste estão passando por este problema agora, e que já foi ofícios de Cascavel para  
61 Secretaria Estadual e gostaria que fossem enviado ou cobrado uma resposta da SESA. O  
62 conselheiro Ricardo Vilarinho informa que faz parte do Conselho Municipal e que foi  
63 oficiado também o conselho pelo coede em referencia a dispensação de bengalas e como

64 coordenador ,sabe que o Centro de reabilitação esta na fila para ser um CER 3 e que o  
65 antigo CER 3 era APR, estão em processo de transição e que as bengalas não estão  
66 sendo distribuídas por que ainda não é um CER3 e que esta em via de fatos para que isto  
67 aconteça, no momento ele acha a lista que lhe foi informado sobre a dispensação de  
68 bengalas e que a lista de dezenas de materiais fornecidos como cadeiras de rodas,  
69 óculos, próteses oculares e aparelhos auditivos e que infelizmente as bengalas não estão  
70 sendo fornecidas, que lamenta, que vê que o sistema esta funcionando, e que por não ser  
71 um CER 3, não estão sendo fornecidas as bengalas. A Conselheira Regina, passa a  
72 palavra a Sra. Leila Lima representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa  
73 com Deficiência de Curitiba, a mesma se apresenta e cumprimenta a todos, informa que  
74 viria uma outra pessoa do setor da saúde que iria pontuar coisas mais específicas,  
75 informa que também é deficiente visual, e relata o que foi abordado dentro do conselho  
76 quando foi encaminhado o ofício, é que a grande preocupação com o número de pessoas  
77 que estão aguardando as bengalas depois que foi desmontado o sistema Prota de  
78 fornecimento da UFPR, e que o acumulo de pessoas que estão aguardando, uma vez que  
79 as bengalas ela é um equipamento de mobilidade que precisa ser trocadas, já que elas  
80 estragam devido o uso constante e dentro do relatório que foi feito no ano passado pelo  
81 representante do estado do setor que está organizando para a viabilizar este  
82 fornecimento, que cerca de 300 pessoas estão nesta lista de espera em Curitiba e região  
83 metropolitana e que dentre estas 300, estão muitas pessoas sem condições financeiras  
84 de comprar uma bengala, haja vista que a mesma custa em torno de 100 a 250, fala que  
85 fica o pedido de urgência, uma solicitação para averiguar a possibilidade desta  
86 emergência, o fato e que o programa requer toda uma mobilidade e preparação para esta  
87 mobilidade por parte do estado. A conselheira Regina pergunta se alguém tem uma  
88 resposta de quanto tempo demorará. O conselheiro Ricardo Vilarinho informa que acha  
89 que deve haver uma verba emergencial para esta aquisição, que o sistema é tripartite, e  
90 esse financiamento pode ser inclusive para o publico privado, como por exemplo, alguma  
91 organização como é feito em universidades em Curitiba que fornecem prótese dentaria  
92 em parceria com o SUS, informa da reflexão para que vá além, pois 300 cegos sem  
93 bengalas, e se moram sozinhas, correm grandes riscos. A técnica Quelen esclarece em  
94 relação a este tempo, informa que esteve no HT e que o hospital que não vai tender e que  
95 em relação as bengalas eles não conseguiram informar o tempo que levará para este

96 fornecimento ,mas querem que o Conselho faça uma visita agora e daqui a seis meses,  
97 para que percebam posteriormente o funcionamento do Centro de Reabilitação, porém a  
98 técnica conclui que se dentro de seis meses eles falaram que todos o centro e suas  
99 complexidades estão estará prontos, conclui-se que o fornecimento das bengalas e outros  
100 serviços mais simples, não irão demorá tanto, e deixa o registro que a equipe esta focada  
101 e empenhada em deixar o serviço em dia e acredita que não há outro encaminhamento  
102 que seja para ciência mesmo. O Conselheiro Ivã não concorda com o parecer do COEDE  
103 para ciência, e que em dado concreto o cego esta sem bengala. Relata sobre os ricos  
104 que os cegos correm pela falta da mesma e que os 300 cegos sem bengala são aqui em  
105 Curitiba e que em Cascavel tem mais de 100 e pelo Paraná afora tem muito mais, acha  
106 que precisa se dispensar licitação e fazer compra direta, pede que solicite da SESA que  
107 seja resolvida de forma imediata, e que officie a Promotoria, e fala que a locomoção é um  
108 dos Direitos fundamentais. O Conselheiro cita que esta República seja para o povo e pelo  
109 povo e que sua sugestão de encaminhamento seja primeiro para a SMS, centro de  
110 controle e avaliação de auditorial ao Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde,  
111 CONADE. A Conselheira Noemy pede um esclarecimento quanto a inclusão do HT nesta  
112 situação das bengalas, e por que será feito o fornecimento através do HT, e se não existe  
113 outra instituição que seja mais competente para isso. A técnica Quelen informa que o HT  
114 assumiu a administração do CHR e todo o serviço de reabilitação passou a ser do HT,por  
115 isso eles pediram a visita, a Conselheira informa se irá haver a visita ao HT, pois foi uma  
116 sugestão do próprio HT e que ficou de ser definida desde a reunião passada. A  
117 Coordenadora Quelen, informa que a equipe do HT que assumiu toda as decisões de  
118 serviços e por ser gestão nova estão tendo dificuldades para atender a fila de espera,  
119 neste momento o Conselheiro Ricardo Vilarinho informa a chegada do Sr. Roberto Leite  
120 representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, representando o IPC,  
121 também Cego, a conselheira Regina dá boas vindas ao Sr. Roberto e passa a palavra  
122 para o mesmo que cumprimenta a todos e informa que teve uma conversa com o  
123 representante da Secretaria Municipal da Saúde, coordenador de politica para a pessoa  
124 com deficiência, e informa que toda essa situação com o HT de nova equipe, e perguntou-  
125 lhe se este contrato não havia uma clausula de sanção, haja vista que houve todo um  
126 prejuízo aos deficientes e acha que o conselho deve solicitar este contrato, agradece a  
127 palavra e a vice presidente Regina informa que a maioria visivelmente não deseja que o

128 parecer seja somente de ciência e pergunta a todos sobre a visita ao HT se deve ser feita  
129 uma comissão para esta visita, o Conselheiro Mario Sergio se posiciona apenas sobre a  
130 visita que seria apenas turística e que não há interesse, que o interesse seja sobre o  
131 contrato ou sobre a posição da equipe nova sobre a solução do problema, este é o  
132 interesse do COEDE, e que a visita não seria viável e não vai resolver o problema das  
133 bengalas. A conselheira Claudia Saldanha informa que nenhum momento o parecer seria  
134 de arquivar o processo e que a ciência seria uma forma de espera da resposta dos órgãos  
135 competentes e que na comissão houve uma pessoa do município e não trouxe nada de  
136 resposta diferente do que esta ali e que O Dr. Gersi estava ciente e que para o mês de  
137 setembro seria possível algo, mas nada oficialmente, que neste momento seria oficiar a  
138 Secretaria de Estado. A Conselheira Regina coloca em voto a proposta de  
139 encaminhamentos, -1 cobrando a resposta da SESA e -2 Oficiar a SESA e outros. O Sr.,  
140 Roberto, manifesta-se, que quando se fala em atraso um dia a mais sem a bengala, faz  
141 muita diferença, que é um direito constitucional de ir vir que está sendo sequestrado  
142 burocraticamente por mudança de gestão, e que a oito meses está monte de cegos que  
143 não podem andar sozinhos, pede desculpa por esta tomando exemplos inadequados,  
144 como deixar o surdo sem interprete ou o cadeirante sem cadeira, e se por no lugar do  
145 outro extremamente desagradável, segue a palavra a Srta. Leila pede que se coloque nos  
146 ofícios medidas emergenciais. **Parecer do COEDE:** Oficiar a SESA e CES para  
147 esclarecimentos e providências urgentes, indicando o prazo para cumprimento da  
148 dispensação de bengalas. Oficiar o SMS para providências urgentes. **1.3. Solicitação de**  
149 **CAS em Umuarama Histórico:** Solicitação para que haja a abertura de demanda  
150 profissional para o CAS Umuarama para a garantia de direitos da comunidade surda. Há  
151 relato de falta de profissionais intérpretes, falta de professor surdo e falta de professor  
152 bilíngue ouvinte. **Normativa:** o Centro de Apoio ao Surdo e aos Profissionais da  
153 Educação de Surdos do Paraná (CAS/PR) é amparado pela Resolução nº 5844/2017 –  
154 GS/ Seed e Instrução Normativa nº 20/2018 – GS/ Seed, tem como finalidade  
155 disseminação da política de inclusão vigente e a valorização da diversidade linguística  
156 dos estudantes surdos no Estado do Paraná, difundindo o uso da Língua Brasileira de  
157 Sinais - Libras para familiares e comunidade em geral e promovendo a formação  
158 continuada de profissionais da educação de surdos do Paraná. Existem seis (06) CAS  
159 estaduais distribuídos nas diversas regiões: CAS-LESTE (Curitiba); CAS-NORTE

160 (Apucarana); CAS-NOROESTE (Umuarama);CAS-OESTE (Cascavel);CAS-SUDOESTE  
161 (Francisco Beltrão); CAS-CENTRO OESTE (Guarapuava). **Parecer da Comissão:** Oficiar  
162 a Secretaria de Estado da Educação para esclarecimentos quanto ao funcionamento dos  
163 CAS. A Conselheira Claudia se pronuncia informando que só pra esclarecer por que foi  
164 acordado para oficiar a Secretaria, dizendo que tem hoje autorizado pra funcionamento 6,  
165 que estão em funcionamento somente dois Guarapuava e Curitiba porém precisa  
166 reestruturar algumas questões e precisa de profissionais qualificados nos CRA, que a  
167 mão de obra de tios que tenham proficiência esta escassa e não tem este profissional no  
168 quadro do estado, que quando abre edital de temporário não tem escrito e precisa  
169 capacitar, uma vez que o CRAS seria referência pra trabalhar com a questão de formação  
170 e que tem um grupo de estudo na SEED para trabalhar com a questão, a sugestão foi de  
171 oficiar a secretaria para que possa se manifestar formalmente. **Parecer do COEDE:**  
172 **Aprovado 1.4. Resposta ao Ofício 043/2019 COEDE/PR – Prefeitura Municipal de Dr.**  
173 **Ulysses. Histórico:** Este Conselho, por meio do ofício nº 043/2019, após apreciar pauta  
174 de denúncia referente a dificuldades enfrentadas por criança com deficiência física  
175 neuromotora para acesso a educação pública por falta de acessibilidade arquitetônica,  
176 profissional tutor e transporte escolar, solicitou à Prefeitura do Município de Doutor  
177 Ulysses informações quanto a existência de professores de apoio educacional  
178 especializado e auxiliar operacional na escola citada na denúncia e esclarecimentos  
179 quanto a indicação de qual o meio de transporte escolar é disponibilizado aos alunos,  
180 bem como se existe acessibilidade para pessoa com deficiência física neuromotora.  
181 **Retorno:** Por meio do ofício nº 172/2019 o Secretário Municipal de Educação, senhor  
182 Izanel Nicolau da Silva, informa: “Em resposta as informações solicitadas no ofício nº  
183 043/2019 – COEDE/ PR, informamos que o Município trabalha em dualidade com o  
184 Colégio Estadual Salto Grande do Turvo, sendo então nesse ano de 2019 feito várias  
185 reformas para adequação do espaço para acessibilidade, como banheiro e rampas. No  
186 que se trata do profissional tutor a escola municipal atende em sala regular com duas  
187 professoras por turma, atendendo assim a demanda dos nossos alunos com  
188 necessidades, o transporte escolar é oferecido a todos e que em caso de uma criança  
189 com deficiência física neuromotora esse transporte é feito com um carro de uma empresa  
190 terceirizada e exclusivo para a Educação Especial.”**Parecer da Comissão:** Solicita-se  
191 complementação da resposta apresentada pelo Prefeito quanto ao real atendimento as

192 especificidades da estudante, considerando a proposta de trabalho pedagógico como  
193 acesso ao conteúdo e atendimento para locomoção, higiene, alimentação. o Presidente  
194 informa que estava ausente ,por esta nos 40 anos da DFT Quanto ao transporte escolar  
195 esclarecer como é o transporte exclusivo para a Educação Especial. **Parecer do COEDE:**  
196 **Aprovado.** A Conselheira Claudia fala que a comissão analisando a resposta do  
197 município, concluirão que foi muito superficial, então por isso entenderam que é  
198 necessário que eles aprofundem a resposta, principalmente por que a Escola é  
199 responsável pelo processo de aprendizagem das crianças e na resposta não veio nada  
200 falando sobre isso. A vice presidente dá boas vindas ao Presidente Luiz Felipe, o mesmo  
201 informa que estava ausente, por esta nos 40 anos da DFT e segue com os relatos das  
202 comissões. **1.5. Resposta ao Ofício 045/2019 COEDE/PR – Prefeitura Municipal de**  
203 **Colombo Histórico:** Este Conselho, por meio do ofício nº 045/2019, após apreciar pauta  
204 de denúncia referente a falta de acessibilidade no transporte escolar e condições  
205 inadequadas do terminal de ônibus especial, solicitou à Prefeitura do Município de  
206 Colombo informações quanto ao meio de transporte escolar, a acessibilidade deste  
207 transporte às crianças com deficiência, como também esclarecimentos quanto à  
208 acessibilidade no terminal de ônibus e sobre a capacitação dos funcionários deste  
209 transporte. **Retorno:** A prefeitura de Colombo, por meio do ofício 114/2019/SEC/GAB, em  
210 resposta ao ofício nº 045/2019 COEDE/PR, apresenta cópia da manifestação da  
211 Secretaria Municipal de Educação.“Em atenção ao ofício em tela, vimos por meio deste  
212 informar que o Município de Colombo adota todas as medidas necessárias a fim de  
213 promover a acessibilidade educacional. O terminal foi construído numa região plana,  
214 sendo toda sua construção voltada para facilidade de embarque e desembarque dos  
215 alunos. O Município possui veículos equipados com plataformas elevatórias, e desde o  
216 ano de 2013, estamos adquirindo ônibus com este equipamento e, além da frota própria,  
217 contamos ainda com cinco ônibus terceirizados com as mesmas características.  
218 Recentemente nos foi entregue mais um veículo adaptado, obtido em parceria com o  
219 FNDE, e estamos com Licitação marcada para compra de outros seis ônibus adaptados.  
220 Em relação aos atendentes e motoristas, sejam servidores municipais e ou colaboradores  
221 de empresa terceirizada, passam pelo curso de motorista e atendente de transporte  
222 escolar. No início do ano foi realizada uma capacitação específica, com todos os  
223 servidores que atuam no transporte escolar, estendida aos funcionários terceirizados,

224 sobre o atendimento dos alunos que utilizam o transporte escolar especial, realizado pela  
225 equipe do Centro de Atendimento Especializado à Criança – CAEC. Enfim, estamos  
226 constantemente promovendo ações que visam a melhoria do transporte escolar ofertado  
227 pelo município, objetivando qualidade e segurança para clientela atendida”. **Parecer da**  
228 **Comissão:** Sugere-se o encaminhamento da resposta para o interessado e caso a  
229 demanda não tenha sido atendida retorne para demais providências, neste momento o  
230 Presidente passa a palavra as mães dos alunos de Colombo, oriundos desta denúncia  
231 que estão presente na plenária, e fica estabelecido um tempo de fala de 5m , haja vista  
232 que demorou-se muito em outro tema anterior. Apresenta-se Simone a mãe de uma  
233 criança especial do município de Colombo que relata que seu filho dependia do transporte  
234 escolar de Colombo e hoje ela tirou a criança do transporte por insegurança, pois a  
235 mesma não tinha condições psicológicas de aceitar que o filho se locomove-se desta  
236 maneira, uma vez que o ônibus, tem mais de 20 anos de uso, tem as cadeiras quebradas,  
237 não tem cinto de segurança, as crianças são amarradas nas cadeiras, os ônibus mais  
238 quebram do que andam, informa que tá na luta desde o começo do ano, em conjunto fala  
239 da Suelen que tem dois filhos com deficiência e que não tem condições e depende deste  
240 serviço, relata que a falta de respeito da Prefeitura de Colombo com as pessoas especiais  
241 do Município, é muito grande com os pais ,com as mães que estão nesta luta implorando  
242 pra que olhem com mais respeito e dignidade e dizem que está tudo bem, que eles nunca  
243 entraram no terminal que era um CAZinho de Colombo e disseram este é o terminal de  
244 Colombo, um lugar sem preparo, sem higiene, sem banheiros adaptados, sem segurança,  
245 que qualquer um podia entrar e sair de lá, sem ter portões, correndo perigo, com apenas  
246 um monitor masculino, e este é o que ajuda uma menina a ir ao banheiro, já pediram  
247 varias vezes outro monitor que seja do sexo feminino um desrespeito muito  
248 grande ,crianças colocadas no chão, pede respeito e dignidade, fala de atendentes sem  
249 preparo nos ônibus, onde não servem nem um copo de água para as crianças que ficam  
250 mais de duas horas em viagem neles., relata que desde março eles estão marcando  
251 licitações para comprar ônibus usados, mas dizem que estão em melhores condições  
252 que estes que estão em uso que até já pegou fogo, porém estas licitações nunca saem,  
253 nunca aparece ninguém e enquanto isso as crianças estão sendo transportadas nesses  
254 ônibus que não tem condições. O Presidente Luiz Felipe pergunta, se as mães foram a  
255 câmara municipal, as Mães fala que procurou a Câmara municipal, ela respondem que

256 foram e que em princípio tiveram apoio do Vagner da Aviação, mas o apoio não  
257 funcionou, foram ao Ministério Público, mas fizeram a denúncia em relação a empresa  
258 que assumiu este ano que é terceirizada, que entraram sem ter preparo nenhum e sem  
259 ter ônibus adaptado nenhum, mas já resolveram e falta só o cinto de segurança e quanto  
260 a Prefeitura não entraram no MP que tentaram resolver por lá o Presidente Luiz esclarece  
261 que as mães fizeram a reclamação contra a Empresa Vitoria Sul que assumiu este ano, e  
262 pergunta se agora este ano pelo relato feito pelo Município que irá fazer novo edital, para  
263 novos ônibus adaptados, a mãe confirma que sim, que os ônibus que estão em uso hoje  
264 que são 5 são os terceirizados e tem mais outros sete que são do município que são os  
265 piores, e prossegue informando que conversou com a técnica Quelen que sugeriu que  
266 aguardassem mais um pouco para tentar resolver de forma amigável, foi o que fizeram  
267 mas nada foi resolvido, o Presidente Felipe relata que o Município, diz que já fez a  
268 licitação, a mãe completa dizendo que foi feita uma licitação no dia dez de março e  
269 ninguém apareceu, depois fizeram outra e ninguém apareceu também, fizeram mais duas  
270 e nada, por fim última apareceu uma empresa de São Paulo que não estava com a  
271 documentação completa e cancelaram novamente, e disseram que remarcariam outra  
272 licitação, especificamente para a compra de ônibus usados mas em melhores condições.  
273 O Presidente abre a palavra para a outra mãe presente falar, a Sra. Suelen relata que é  
274 mães de duas crianças especiais, faz o uso do transporte que já foi difícil encontrar escola  
275 para elas no Município que não tem, a escola que eles estudam é conveniada com o  
276 Município, que foi outra dificuldade de encontrar o transporte, que ele fica por três horas  
277 no ônibus que chega com mais de uma hora de atraso do horário que deveria chegar e  
278 não sabe o que causa deste atraso, que os filhos passam mais tempo no ônibus quebrado  
279 que na escola e que a prefeitura sempre fala que tá resolvendo e não acontece, o terminal  
280 sem condições, sem bebedouro, sem acesso, sem monitor, fala que o terminal é uma  
281 oficina cheio de peças de ônibus, que o ônibus deixa os filhos dela em local perigoso, em  
282 frente a casa de traficantes, que inclusive foi ameaçada pelo traficante. O Presidente Luiz  
283 Felipe, pergunta se algum conselheiro gostaria de falar. A Conselheira Claudia, pede a  
284 palavra assim como outros. A Conselheira Claudia da SEED, diz que lhe causa  
285 estranheza da licitação de ônibus usado e diz que desconhece, fala que o  
286 encaminhamento seria para o MP, que enquanto Conselho não existe outro mecanismo  
287 executivo, devido a questão bem seria e o risco absurdo o transporte destas crianças, fala

288 que em outro momento já estiveram a mesma questão de Colombo, que existe uma  
289 escola especializada que é a APAE de Colombo, que tem um terreno enorme e que a  
290 SEED pediu ampliação deste espaço para o Município, para que as crianças não  
291 ficassem se deslocando de um lado para outro para que todas fossem atendidas num  
292 espaço só, já que o tamanho do terreno comportaria várias salas de aula e que hoje tem  
293 fila de espera na APAE de Colombo, que muitos utilizam o transporte para vir a Curitiba, e  
294 reafirma que enquanto conselho a sugestão seria de encaminhamento para o MP, o  
295 Presidente indaga sobre o encaminhamento se foi feito por ofício, a conselheira fala que  
296 foi feito durante uma visita com o Sr. Flavio e que foi um pedido dele. O Presidente Felipe  
297 fala que sua sugestão seria uma reunião com a Prefeita e pergunta se as mães gostariam  
298 de participar, as mães concordam, em seguida o Presidente passa a palavra para a  
299 Conselheira Andrea e parabeniza as mães e a força delas e se solidariza como mãe e  
300 avó que é, e diz que as mães devem se aproximar da APAE de Colombo e fala que seria  
301 um bom momento para mobilização de mães em ajuda para seus filhos que moram em  
302 Colombo e vem estudar em Curitiba, ressalta que conhece o terreno, que está há muitos  
303 anos abandonado e até sendo usado de maneira imprópria por vândalos, que este terreno  
304 pode beneficiar estes alunos que sejam atendidos no Município que eles residem, a mãe  
305 e fala que a fila da APAE é gigante, são muitos anos esperando, a conselheira sugere que  
306 as mães deixem os nomes dos filhos delas na lista de espera da APAE para fortalecer  
307 esta mobilização, o Presidente passa a palavra ao Conselheiro Ricardo, que inicia  
308 parabenizando as mães pela luta constante do movimento de mães e informa que o  
309 conselho está do lado delas, e segue dizendo que Curitiba tem 2.593 alunos que estudam  
310 em escola de educação especial, em ensino regulares, com dados em mãos, se Curitiba  
311 consegue fazer 2.593 atendimentos para criança com deficiência com vários serviços,  
312 dentre eles, sala de recursos multifuncional, escolas especiais, inclusão escolar  
313 atendimento pedagógico domiciliar e programa de educação hospitalar, referenciando o  
314 que funciona, e relata que no ano passado tivemos problemas de transporte exatamente o  
315 que está acontecendo agora em outros municípios, e sugere que neste ponto o que  
316 funciona é o Ministério Público a mãe interrompe o momento e informa que por retaliação  
317 a ela, o ônibus abandonou o filho dela de 12 anos sozinho em um ponto desconhecido,  
318 que não era o que ele costumava descer, esses são os absurdos que acontece relata a  
319 mãe. O Presidente fala que irá marcar na promotoria de Colombo uma reunião com

320 urgência detalhando todo o acontecido, inclusive informando uma possível licitação para  
321 compra de ônibus usado, o Presidente Luiz Felipe informa que irá tentar uma conversa  
322 com a Prefeitura, mas desde já confirma a ida ao Ministério Público de Colombo, o  
323 Conselheiro Pedro, pede a palavra e informa que esta questão de Colombo já vem a  
324 muito tempo de quatro a cinco adiante, e vislumbra a questão da dignidade humana,  
325 sendo desrespeitada e a igualdade da constituição Federal (todos iguais perante a Lei),  
326 se os alunos sem qualquer deficiência de Colombo tem escola, por que os deficientes não  
327 tem; isso cabe até denúncia a ONU, fala que é muito sério essa situação, o Presidente  
328 Luiz Felipe faz o encaminhamento de ofício a Promotoria de Colombo e com maior  
329 brevidade possível, as mães informam que quanto a questão de os motorista deixarem as  
330 crianças na porta de casa já esta resolvido. **Parecer do COEDE:** Oficiar ao MPPR de  
331 Colombo, detalhando o que está acontecendo com o terminal e com o transporte da  
332 pessoa com deficiência e solicitar providências urgentes. **1.6. Resposta ao Ofício**  
333 **059/2019 COEDE/PR – Prefeitura Municipal de Colombo.** Histórico: Este Conselho, por  
334 meio do ofício nº 059/2019, após apreciar pauta de denúncia referente ao transporte  
335 escolar da pessoa com deficiência, com relato de seus usuários não estarem realizando o  
336 embarque e desembarque em frente as suas residências e ficando expostos a riscos,  
337 sugere à Prefeitura do Município de Colombo que o embarque e desembarque seja  
338 realizado em frente das residências dos usuários do transporte especial. **Retorno:** A  
339 prefeitura de Colombo, por meio do ofício 113/2019/SEC/GAB, em resposta ao ofício nº  
340 059/2019 COEDE/PR, apresenta cópia da manifestação da Secretaria Municipal de  
341 Educação. “Em atenção ao ofício em tela, informamos que o Setor de Transporte Escolar  
342 Municipal preocupa-se com as questões relacionadas a segurança, comodidade,  
343 qualidade dos serviços prestados pelo setor, principalmente no que tange o atendimento  
344 de alunos com necessidades especiais. Levando-se em consideração que o transporte  
345 escolar realiza diariamente o deslocamento de cerca de 400 alunos com necessidades  
346 especiais, contando com uma frota significativa de ônibus, vans e kombis para suprir a  
347 demanda, e atender os alunos de forma personalizada, principalmente aos que tem  
348 alguma dificuldade de mobilidade, que na sua grande maioria são embarcados na frente  
349 de sua residência, salvo aqueles, que devido as especificidades relacionadas às rotas,  
350 quando algumas vezes, dependendo o tipo do veículo (ônibus grande), é impraticável a  
351 entrada dada a limitação de espaços para manobras. Entretanto, quando deparamos com

352 algum caso específico, que seja necessária a adequação, o setor de transporte escolar  
353 trata com pais e/ou responsáveis opções que atendam de forma satisfatória a  
354 necessidade do aluno e da família. Assim, reafirmamos o compromisso com a qualidade  
355 no transporte escolar de alunos com necessidades especiais, buscando sempre a  
356 melhoria contínua dos processos”.**Parecer da Comissão: Sugere-se o**  
357 **encaminhamento da resposta para o interessado e caso a demanda não tenha sido**  
358 **atendida retorne para demais providências. Parecer do COEDE:** Oficiar ao MPPR de  
359 Colombo, detalhando o que está acontecendo com o terminal e com o transporte da  
360 pessoa com deficiência e solicitar providências urgentes. **1.7. Resposta ao Ofício**  
361 **060/2019 COEDE/PR – Repasse do Fundeb para as APAES. Histórico:** Em sessão  
362 plenária ordinária realizada em 06 de Maio de 2019 este Conselho apreciou pauta  
363 referente a falta de repasse do FUNDEB para as APAES. Diante do fato, pleiteou auxílio  
364 junto a Associação dos Municípios do Estado do Paraná e solicitou esclarecimentos  
365 quanto as parcerias relativas a verbas do FUNDEB, visto que algumas APAES do estado  
366 recebem o repasse, ou parte dele, e outras não.**Retorno:** “Primeiramente, gostaríamos de  
367 lembrar que a Associação dos Municípios do Paraná – AMP é uma sociedade civil de  
368 duração indeterminada, de âmbito estadual, sem fins lucrativos, com sede e foro na  
369 Capital do Estado do Paraná. Declarada de utilidade pública através da Lei Estadual nº  
370 5.455 de 24 de dezembro de 1966, sendo que a recente lei estadual 19.216/2017  
371 reconheceu a AMP como entidade representativa dos municípios do Paraná,  
372 congregamos os 399 municípios do Paraná, portanto, somos a entidade de abrangência  
373 estadual. Em relação ao tema da questão do repasse do Fundeb para as Apaes- PR,  
374 nosso consultor em Educação da AMP (Associação dos Municípios do Paraná), Jacir  
375 Bombonato Machado, emitiu nota orientando as prefeituras sobre a aplicação dos  
376 recursos do Fundeb em escolas conveniadas. A nota está disponível em anexo e retrata o  
377 cenário tratado. Informamos ainda a estimativa de valores que deverão ser repassados  
378 pelo Governo do Estado e pelos municípios às escolas conveniadas, bem como o número  
379 de alunos matriculados, foi feito um levantamento individualizado de cada município, com  
380 os respectivos números. De acordo com os cálculos do nosso consultor, o valor total a ser  
381 investido deverá chegar a R\$ 239,59 milhões tanto às Apaes quanto as demais  
382 instituições”.Em anexo a nota técnica nº 06/2019 apresenta a estimativa da receita  
383 FUNDEB 2019 por Municípios. **Parecer da Comissão:** Retornar via ofício a AMP

384 solicitação de apoio junto aos 115 municípios que ainda não estejam efetivando o repasse  
385 para as entidades. Ao mesmo tempo solicita-se consulta ao Ministério Público quanto ao  
386 repasse dos recursos do Fundeb as entidades que ofertam educação especial. O  
387 Presidente informa que a situação do Fundeb, vem a tempos inclusive tem uma ação  
388 junto ao Ministério Público, que existe este conflito entre os municípios do Paraná e por  
389 esta dificuldade foi feita uma ação em conjunto com as APAEs devido a falta de  
390 informação e transparência. **Parecer do COEDE: Aprovado. Comissão de Garantia de**  
391 **Direitos. Relator(a): Ricardo Vilarinho da Costa. 2.1. Solicitações de Órtese, Prótese**  
392 **e Cadeiras de Rodas não Estão Sendo Atendidas no Município de Paranaguá.**  
393 **Relato:** Recebemos solicitação de pauta, do Conselheiro Carlos Renato, referente as  
394 solicitações de órteses, próteses e cadeiras de rodas feitas por Paranaguá, não estão  
395 sendo atendidas. Todas as solicitações antigas a partir de 2015, não constam no sistema  
396 de agendamento do Estado, o Município não tem estas solicitações salvas no sistema, e  
397 algumas mães reclamam que não estão sendo avisadas do agendamento e perdem sua  
398 vez. **Parecer da Comissão:** Pedido de retirada de pauta, para próxima reunião do  
399 COEDE. **Parecer do Coede: Aprovado 2.2. Solicitações Acerca dos Trabalhos**  
400 **Desenvolvidos pelo COEDE/PR. Relato:** Solicitação através de protocolo  
401 governamental, de informações referentes aos trabalhos desenvolvidos por este  
402 Conselho. Em resposta a técnica Bruna Abdalla respondeu em despacho protocolar que  
403 será encaminhado ao solicitante, as atribuições que constam no regimento interno e  
404 esclareceu que as denúncias referentes às violações dos direitos das pessoas com  
405 deficiência podem ser encaminhadas para o e-mail do COEDE e que quando recebidas,  
406 serão colocadas na pauta para análise em plenária. **Parecer da Comissão:** Ciente.  
407 **Parecer do Coede: Aprovado.2.3. Resposta ao Ofício 018/2019 COEDE/PR - Isenção**  
408 **de IPVA – Mastectomia. Relato:** O Conselheiro Isaac Ramos Ferreira encaminhou uma  
409 denúncia de negativa de isenção de IPVA para pessoa que passou pelo procedimento de  
410 mastectomia. Informou que embora o laudo conste que não houve perda motora, foi  
411 determinado a compra do veículo automático. **RESPOSTA: Ofício nº 195/2019 - O**  
412 *Inmetro em retorno ao ofício encaminhado informou que considerando o estabelecido no*  
413 *Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 2000, que estabelece*  
414 *normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas*  
415 *portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida e dá outras providências, segundo os*

416 *seus artigos 38 e 39 (Capítulo V - Da Acessibilidade aos Serviços de Transportes*  
417 *Coletivos), somente cabe ao Inmetro atuar como provedor de esquema de avaliação da*  
418 *conformidade de objetos relacionados à acessibilidade no transporte coletivo de*  
419 *passageiros no modal rodoviário(ônibus e micro-ônibus), e não à acessibilidade no*  
420 *transporte de passageiros em veículos das espécies automóvel e van. Sendo assim,*  
421 *acreditando que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) DO Paraná já tenha sido*  
422 *consultada quanto ao IPVA, recomendamos um contato com a Secretaria Especial dos*  
423 *Direitos da Pessoa com Deficiência para mais informações. **Parecer da Comissão:***  
424 *Aguardar o retorno da SEFA e do DETRAN e solicitar à Secretaria Executiva do Conselho*  
425 *o contato para cobrança do retorno dos ofícios pendentes de resposta. **Parecer do***  
426 **Coede: Aprovado.2.4. Resposta ao Ofício 028/2019 COEDE-PR – Passe Livre - MPF.**  
427 **Relato:** Este Conselho recebeu uma denúncia sobre o Município de Arapoti/PR que as  
428 empresas de transporte estão utilizando manobras para não dar cumprimento à legislação  
429 do passe livre, passando a fornecer passagens de ônibus convencional apenas para  
430 Sábados e Domingos. **Parecer da Comissão:** Tendo em vista que já existe na  
431 Procuradoria o inquérito Civil n.1.25.002.001415/2014-60, que tem por objetivo apurar a  
432 possível restrição no fornecimento de passagens para pessoas com Deficiência pelas  
433 empresas de ônibus, sugerimos o encaminhamento de ofício ao MPF Federal informando  
434 mais uma denúncia, bem como, se possível informação sobre o inquérito administrativo.  
435 **Parecer do Coede: Aprovado **RETORNO: Ofício 5126/2019-PRDC/PR** – O MPF**  
436 **informa que em razão do contido no Inquérito Civil nº em face da União Federal e da**  
437 **Agência Nacional de Transportes Terrestres, em trâmite na 3ª Vara Federal de Curitiba,**  
438 **atuada sob o nº 5033938-68.2018.4.04.7000. Após o trâmite do devido processo legal, foi**  
439 **proferida a sentença parcialmente procedente, no sentido de: a) reconhecer a ilegalidade**  
440 **do art. 3º, §1, e do art. 4º, par. Único, I e II, do Decreto nº 5.934/06, haja vista a restrição**  
441 **dos direitos previstos no art. 40, I e II, da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso);b)**  
442 **reconhecer ilegalidade do art.13 do Decreto nº 8.537/15, haja vista a restrição dos direitos**  
443 **previstos no art. 32 da Lei nº 12.852/13 (Estatuto da Juventude). Conseqüentemente**  
444 **determinou-se as rés que, no âmbito das respectivas esferas de competência, adotem as**  
445 **medidas pertinentes a elaboração de ato(s) normativos(s) tendente(s) a assegurar, em**  
446 **todo veículo destinado ao transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros,**  
447 **independentemente da categoria do serviço ofertado, a concessão do passe livre às**

448 pessoas idosas e aos jovens de baixa renda, na forma do art. 40 da Lei nº 10.741/03  
449 (Estatuto do Idoso) e do art. 32 da Lei nº 12.852/13 (Estatuto da Juventude). De acordo  
450 com o julgado, a abrangência territorial dos efeitos da presente sentença limita-se a  
451 passageiros usuários do sistema de transporte rodoviário coletivo interestadual cujo ponto  
452 de embarque se situe dentro limites geográficos do Estado do Paraná. Irresignados com a  
453 sentença proferida, a União e a ANTT interpuseram recurso de apelação, com o posterior  
454 remessa de autos ao Tribunal Regional Federal da 4º região, os quais foram distribuídos à  
455 Egrégia 4º Turma e encontram-se sob relatoria do Desembargador Federal Cândido de  
456 Alfredo Silva Leal Júnior desde o dia 26/04/2019. Este órgão Ministerial promoveu o  
457 cumprimento provisório da sentença, mas o Sr. Juízo Federal sentenciante reputou que a  
458 “obrigação fixada da sentença seria exigível apenas no prazo de 30 dias a contar do  
459 trânsito em julgado”, o que, até o presente momento, não ocorreu. Maiores informações  
460 podem ser obtidas a partir da consulta pública dos autos no site da Justiça Federal do  
461 Paraná. **Parecer da Comissão:** Ciente, O Conselheiro Ricardo Vilarinho informa que  
462 acha que tudo que esta dentro do Estado do Paraná tem que seguir as Leis do Estado, o  
463 Presidente Luiz Felipe, fala que neste caso não, que teve uma reunião no DE, junto com o  
464 representante das empresas de ônibus intermunicipais do Paraná e solicitou que eles  
465 fornecessem os numero de pessoas que estão embarcando pelo passe livre; eles alegam  
466 que a lei foi feita, e que, aqui no parana não existe o ônibus executivo só convencional ou  
467 leito, e que depois de a Lei ser feita e que foi colocado o direito (benefício) da isenção.  
468 **Parecer do Coede: Ciente. Resposta ao Ofício nº 029/2019 COEDE/PR -**  
469 **Acessibilidades aos Deficientes Auditivos nas Rodoviárias do Paraná - CCR Rodo**  
470 **Norte -Relato:** O Conselheiro Ricardo Vilarinho indagou sobre os números de  
471 emergência que constam nas placas das Rodovias, se há acessibilidade para surdo ou  
472 deficiente auditivo. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício às concessionárias de  
473 Pedágio, bem como aos órgãos de defesa Civil com o questionamento acima, questionar  
474 sobre divulgação caso tenha. **Parecer do Coede: Aprovado. RETORNO: Ofício Jur**  
475 **19/396 - CCR Rodo Norte –** A concessionária informa que mantém em operação o disk  
476 CCR Rodonorte, ferramenta que possibilita aos usuários obter informações sobre códigos  
477 de trafego, valor de tarifa etc., dados estes que também podem ser obtidos através de  
478 consulta ao site [http:// www.rodonorte.com.br](http://www.rodonorte.com.br) nesta mesma página eletrônica, na seção  
479 específica “Fale Conosco”, é disponibilizado o canal “Contato” [DIOE nº 10484](http://</a></p></div><div data-bbox=)

480 [www.rodonorte.com.br/contato](http://www.rodonorte.com.br/contato) por meio do qual os usuários incluindo aqueles com  
481 deficiência auditiva, podem registrar comentários, sugestões, elogios ou tirar dúvidas  
482 sobre os serviços prestados pela companhia. Após aberto o chamado, o usuário pode  
483 acompanhar o status do atendimento diretamente no site, por meio da inserção do  
484 número de protocolo fornecido quando do registro. **Parecer da Comissão:** Considerando  
485 a questão contratual e legal invocada pelas Concessionárias, a Comissão deliberou pelo  
486 envio do caso, com cópia dos retornos dos ofícios enviados e respondidos, à análise e  
487 providências do Ministério Público, para que interceda no atendimento dos direitos não  
488 atendidos. **Parecer do Coede: Aprovado. 2.6. Resposta ao ofício 31/2019 COEDE/PR -**  
489 **Acessibilidades aos Deficientes Auditivos nas Rodoviárias do Paraná – Triunfo.**  
490 **Relato:** O Conselheiro Ricardo Vilarinho indagou sobre os números de emergência que  
491 constam nas placas das Rodovias, se há acessibilidade para surdo ou deficiente auditivo.  
492 **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício às concessionárias de Pedágio, bem como aos  
493 órgãos de defesa Civil com o questionamento acima, questionar sobre divulgação caso  
494 tenha. **Parecer do Coede: APROVADO. Retorno: Ofício OF.ECN nº 760/2019 –**  
495 **Trinfo(Econorte) –** Ainda tratando-se de uma Concessão Estadual, não há a aplicação  
496 direta do Decreto nº6523/2008, citado no ofício em referência, que objetiva regulamentar  
497 serviços públicos federais, inexistindo, portanto, a obrigatoriedade apontada, embora a  
498 matéria seja deveras relevante. Em razão dos aspectos preliminares acima expostos, e  
499 das previsões e obrigações contidas no âmbito do Contrato de Concessão e seus anexos,  
500 a concessionária esclarece que ainda não haja obrigação legal de disponibilizar canais  
501 exclusivos ou dedicados ao atendimento preferencial personalizado para pessoas com  
502 deficiências auditivas ou de fala, sempre busca diversas formas de atender todos os seus  
503 usuários com excelência. A Econorte esclarece que ainda busca adotar medidas de  
504 promoção de acessibilidade, bem como incluir em suas campanhas, patrocínios, doações  
505 e eventos medidas que contribuam com as mais diversas causas. Por fim, a Econorte  
506 manifesta-se que não se opõe a criação de um canal dedicado ao atendimento  
507 preferencial e personalizado para pessoas com deficiência auditiva ou de fala, desde que  
508 esta seja regulamentada pelo Poder Concedente, e considerados para fins de reequilíbrio  
509 os investimentos - não previstos contratualmente - necessários para sua implantação.  
510 **Parecer da Comissão:** Considerando a questão contratual e legal invocada pelas  
511 Concessionárias, a Comissão deliberou pelo envio do caso, com cópia dos retornos dos

512 ofícios enviados e respondidos, à análise e providências do Ministério Público, para que  
513 interceda no atendimento dos direitos não atendidos. **Parecer do Coede:** Aprovado. A  
514 Conselheira Flavia ressalta que tem outras repostas referentes a este mesmo assunto e  
515 que irá juntar todas essas resposta em um ofício único para encaminhar ao Ministério  
516 Publico. O conselheiro Ricardo Vilarinho fala que a empresa dizer que no estado do  
517 Paraná não se faz necessário respeitar a Lei, não é possível, e fala que é  
518 irresponsabilidade social corporativo, segue **2.7. Resposta ao ofício 31/2019 COEDE/PR**  
519 **- Acessibilidades aos Deficientes Auditivos nas Rodoviárias do Paraná –**  
520 **Ecocataratas. Relato:** O Conselheiro Ricardo Vilarinho indagou sobre os números de  
521 emergência que constam nas placas das Rodovias, se há acessibilidade para surdo ou  
522 deficiente auditivo. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício às concessionárias de  
523 Pedágio, bem como aos órgãos de defesa Civil com o questionamento acima, questionar  
524 sobre divulgação caso tenha. **Parecer do Coede: Aprovado. Retorno: Ofício AJL**  
525 **1886/2019 - Dossiê nº 19/0426 – Ecocataratas –** Informa que a prestação de serviços  
526 públicos possui regulamentação específica e, de modo que não se aplica a Lei de  
527 Consumo que regulamenta a proteção de consumidores de serviços, logo a relação entre  
528 a Ecocataratas não se enquadra como consumo. Esclarecem que a outorga da  
529 concessão do Lote 03 do Anel de Integração do Paraná é Estadual, uma vez que a União  
530 delegou ao Estado do Paraná, por intermédio do DER/PR, nos termos da Lei nº 9.277/96,  
531 a administração da rodovia e exploração do trecho da rodovia federal concedida para  
532 Ecocataratas, entre outros. Considerando que o Decreto 6.523/2008 regulamenta serviços  
533 regulados pelo poder publico Federal, é inaplicável a Concessionária, não há exigência  
534 contratual neste sentido, a Ecocataratas, preocupada em prover atendimento adequado a  
535 todos os usuários podem solicitar atendimento, direcionar suas manifestações, obter  
536 informações e dirimir eventuais dúvidas. Por fim salientamos que a execução de serviços  
537 não previstos no Programa de Exploração Rodoviária ensejaria a revisão do equilíbrio  
538 econômico financeiro do contrato. **Parecer da Comissão:** Considerando a questão  
539 contratual e legal invocada pelas Concessionárias, a Comissão deliberou pelo envio do  
540 caso, com cópia dos retornos dos ofícios enviados e respondidos, à análise e  
541 providências do Ministério Público, para que interceda no atendimento dos direitos não  
542 atendidos. **Parecer do Coede: Aprovado. 2.8. Reposta ao ofício O56/2019 Coede/PR -**  
543 **Acessibilidade no Elevador de Acesso na Rodoviária de Curitiba. Relato:** O

544 Conselheiro Pedro relata que no retorno da viagem da última reunião do COEDE,  
545 constatou que o acesso à passarela, no piso superior que une as duas alas, estava  
546 interditado. Relata que como várias pessoas necessitam deste equipamento, ele não  
547 poderia ficar inoperante. **Parecer da Comissão:** Envio de ofício à rodoviária de Curitiba,  
548 questionando sobre problema e as providências a serem tomadas. 2. Envio de ofício ao  
549 Ministério Público relatando a questão. Os dois órgãos deverão ser copiados nos  
550 respectivos ofícios. **Parecer do Coede:** Aprovado. **Retorno: Ofício P 156/2019 – URBS –**  
551 **Esclarecemos** que foram licitadas duas novas plataformas de acessibilidade dos  
552 equipamentos anteriormente instalados e com acionamento hidráulico. O objetivo da  
553 aquisição destes é oferecer mais conforto e segurança aos usuários da Rodoferroviária de  
554 Curitiba, uma vez que as antigas plataformas elevatórias também foram utilizadas de  
555 modo não recomendado pelos passageiros que empilhavam muitas malas somente um  
556 lado da plataforma entortando-a conseqüentemente, entortavam também o eixo de  
557 sustentação localizado na lateral da plataforma (rosca sem fim) causando danos às  
558 plataformas e suas paradas, com danos aos equipamentos e constantes manutenções  
559 paradas. Esclarecemos que o contrato 489/2019 foi assinado em 17/06/2019 e a primeira  
560 etapa, referente a retirada dos dois antigos elevadores já foi realizada. A empresa  
561 contratada irá, em seguida, instalar os dois novos elevadores, conforme as especificações  
562 do edital. Caso não ocorram fatos imprevisíveis e alheios a vontade da contratante e  
563 contratada, estimamos que os dois novos elevadores estejam operando até o dia 20 de  
564 agosto próximo. **Parecer da Comissão:** Ciente, com verificação *in loco* a partir do  
565 vencimento de 20 de agosto de 2019 e providências subsequentes. **Parecer do Coede:**  
566 **Aprovado.2.9.Resposta ao Ofício 050/2019 COEDE/PR – Falta de Acessibilidade nos**  
567 **Transportes. Relato:** Em resposta ao ofício 050/2019, o qual o COEDE encaminha  
568 denúncia de falta de acessibilidade no transporte rodoviário, o CAOIPCD responde que  
569 este tipo de solicitação deverá ser encaminhado à promotoria. **Parecer da Comissão:**  
570 Ciência. Encaminhar ofício à promotoria local. **Parecer do COEDE: Retorno: Parecer da**  
571 **Comissão:** Encaminhar ofício à promotoria local (verificar a localidade da  
572 denúncia).**Parecer do Coede: Aprovado 2.10. Resposta ao Ofício 068/2019**  
573 **COEDE/PR – Ministério do Transporte. Relato:** Em resposta ao ofício 068/2019 do  
574 COEDE à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, onde encaminhou-se  
575 a situação ao Coordenador do Passe Livre Interestadual Para Pessoas com Deficiência.

576 Em resposta ao ofício 068/2019 esclarece que a Resolução 4.770/2015 prevê a  
577 frequência mínima das linhas de uma vez na semana e que segundo a Lei 8.899/1994, as  
578 empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros  
579 reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional para  
580 ocupação das pessoas beneficiadas. **Parecer da Comissão:** Remeter ao denunciante,  
581 para conhecimento, a resposta do Ministério da Infraestrutura, assim como também  
582 encaminhar a cópia do ofício 028/2019 COEDE e respectiva resposta do MPF (ofício  
583 5126/2019). **Parecer do Coede: Aprovado. Denúncias do Passe Livre. 2.11.**  
584 **Desconhecimento das Empresas de Transporte ao Receberem o Passe Livre.**  
585 **Relato:** Assistente Social da APAE de Nova Londrina, Senhora Kamila Karla Bezerra,  
586 denuncia a falta de conhecimento das empresas de ônibus em relação ao Passe Livre.  
587 Segundo ela, as empresas estão disponibilizando assentos em ônibus convencionais e  
588 disponibilizando as passagens uma vez na semana. Os responsáveis estão com  
589 dificuldade para levarem seus filhos para consulta médica. **Parecer da Comissão:**  
590 Responder a Assistente Social com cópia da Lei do Passe Livre. Encaminhar ofício ao  
591 DER com cópia da reclamação para ciência e providências, em especial com o relato de  
592 que se trata de denúncia reiterada do mesmo procedimento irregular da empresa,  
593 questionando-se, portanto, sobre a existência de amparo legal e normativo que permita  
594 adequar o fornecimento das passagens e as respectivas categorias de acomodação dos  
595 passageiros. **Parecer do Coede: Aprovado. 2.12. Denúncia de Pagante no Assento do**  
596 **Passe Livre. Relato:** A Senhora Terezinha Thicek apresenta uma denúncia contra a  
597 empresa Graciosa. No dia 07/06/2019, ela foi do município de Matinhos para Curitiba  
598 realizar tratamento de saúde, a atendente da rodoviária emitiu as duas passagens de ida  
599 e volta com o mesmo destino Matinhos à Curitiba. Na volta de seu tratamento quando foi  
600 embarcar o motorista viu que a passagem estava errada, encaminhou-lhe ao guichê e  
601 disseram que ela teria que desmarcar a passagem, ela ligou da rodoviária para  
602 desmarcarem. Após desmarcar foi solicitar outra passagem e não forneceram, a mesma,  
603 teve que comprar sua passagem. Segundo a requerente do benefício se sentiu  
604 constrangida, devido as pessoas rirem e insultarem sua situação. **Parecer da Comissão:**  
605 Encaminhar a denúncia ao DER e à Promotoria de Curitiba para ciência e providências.  
606 **Parecer do Coede: Aprovado. 2.13. Denúncia do Passe Livre Contra a Empresa de**  
607 **Transporte Rodoviário Graciosa. Relato:** O Senhor Cleber Alves Rodrigues apresenta

608 denúncia contra a empresa Graciosa. No dia 10/07/19 foi solicitar a passagem do Passe  
609 Livre para ele e sua acompanhante, informaram que não havia lugares disponíveis e que  
610 esses lugares foram vendidos para passageiros que não utilizam o benefício. Foram para  
611 Antonina para conseguirem passagem com o Passe Livre, não conseguiram e tiveram  
612 que comprar. Marcaram para embarcar em frente a Escola de Bamba Batel, o motorista  
613 encostou e arrancou o ônibus deixando metade dos passageiros para fora, o motorista  
614 retornou para pegá-los, mas continuou a viagem passando sem reduzir nas lombadas  
615 para manter seu horário. **Parecer da Comissão:** Encaminhar denúncia ao DER. Diante  
616 das reiteradas denúncias recebidas ante a empresa Graciosa, sugere-se que o DER  
617 recomende o implemento de Programa de Treinamento dos atendentes e motoristas para  
618 o atendimento às pessoas com deficiência e cumprimento das respectivas Leis e normas.

619 **Parecer do Coede: Aprovado.3.1. Perda de Mandato de Instituição da Sociedade**  
620 **Civil:** O Departamento Da Política da Pessoa com Deficiência expôs a situação das três  
621 faltas consecutivas da Instituição da Sociedade Civil Surdovel. Foram feitos contatos com  
622 o Conselheiro Julio através de Watzap e e-mail, sendo que o mesmo manifestou-se  
623 somente no mês de junho, mesmo tendo recebido as mensagens. No Art. 6º do regimento  
624 interno. Perderá o mandato a organização ou entidade da sociedade civil que incorrer em  
625 uma das seguintes condições: VIII – repetição consecutiva de número igual a 3 (três)  
626 faltas injustificadas. Sendo que com previsão no artigo 7º: A perda de mandato da  
627 organização ou entidade da sociedade civil dar-se-á por deliberação da maioria absoluta  
628 dos membros do Conselho, em procedimento iniciado por provocação de qualquer dos  
629 seus integrantes, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de  
630 ampla defesa. **Parecer da Comissão:** Que seja aplicado o Regimento Interno. A  
631 conselheira pede para fazer algum esclarecimento que a partir do mês de abril ele não fez  
632 a prestação de conta, e que a secretaria passou a cobrá-lo desta prestação, que a partir  
633 do mês de junho ele volta a dar resposta quanto a esta prestação de conta, a conselheira  
634 Regina pede para que os outros conselheiros se manifestem, o conselheiro Abimael se  
635 manifesta complementando que ele foi omissos perante a prestação de conta e que não  
636 colaborou e informa que seja seguido o regulamento, a conselheira Regina informa que  
637 ele fez contato na sexta feira anterior a reunião e que foi muito em cima da hora, o  
638 Conselheiro Pedro se manifesta com a sugestão de que o COEDE oficiasse a Surdovel,  
639 por achar que ele possa não estar comunicando a sua entidade, que é uma medida

640 drástica a entidade perder a representação por uma negligencia do seu indicado e que  
641 solicite a Surdovel informar que se seu indicado esteja com alguma dificuldade, que a  
642 entidade solicite a troca do mesmo e sugere um prazo de 10 dias para que a entidade ão  
643 se manifeste, e caso não seja feita, se considere a perda do mandato, O conselheiro Ivã  
644 corrobora com o encaminhamento do conselheiro Pedro e fala que as mensagens feitas  
645 não foram no sentido da perda do mandato e que é interessante comunica a Surdovel e  
646 defende a proposta o Conselheiro Pedro que seja cedido o prazo de dez dias para defesa,  
647 a conselheira Regina enquanto parte da comissão também acorda com o prazo solicitado  
648 e complementa e pensa que o COEDE não deve solicitar a troca do conselheiro ou não e  
649 sim, só informa a entidade ficar ciente do que esta acontecendo e fala do  
650 comprometimento da entidade com este Conselho, a secretaria executiva do Coede  
651 informa ao conselheiro Pedro que indagou se a prestação de conta ainda estava  
652 pendente, a secretaria executiva Jane informou que sim, o conselheiro Abimael falou que  
653 faça o ofício a entidade e esperemos os dez dias, o Conselheiro Ricardo informa que a  
654 vaga é da organização e entende que se o conselheiro não esta fazendo o que se deve,  
655 deverá ser informada a instituição o que esta acontecendo e que o regimento interno seja  
656 cumprido, porém com a comunicação a entidade, o conselheiro Eliseu faz o comentário  
657 de que a decisão do encaminhamento dos colegas esta bem assertiva, cumprindo o  
658 regimento desta forma, o Conselheiro João Guilherme também colabora com a discussão  
659 e fala que colocasse no oficio que a prestação de conta não fica excluída, a conselheira  
660 Claudia fala que no oficio deve conter a falta da prestação de contas, e o Conselheiro Ivã  
661 pede que ajude a instituição no sentido de resguardar o conselho. **Parecer do COEDE:**  
662 Oficiar a Surdovel comunicando o ocorrido informando as ausências, a falta de prestação  
663 de contas e informar sobre o regimento interno quanto do art 6 ° e 7 ° ,aguardar o prazo  
664 de 10 dias para a manifestação de ampla defesa. **Aprovado. Inclusão de Pauta: 3.2.**  
665 **Eleição da Sociedade Civil – Composição de Comissão Temporária.** Composição de  
666 Comissão Temporária Paritária. A representação da Sociedade Civil na Comissão deverá  
667 ser composta por Conselheiros que não serão candidatos no Biênio 2020/2021.A  
668 Conselheira Regina fala que poderiam se candidata-se as pessoas que não tem a  
669 intenção de se elegerem a Presidente poderia se disponibilizar , a Conselheira Flavia,  
670 informa que o prazo regimental para a convocar a eleição é só em Janeiro, mas como se  
671 sabe-se que em janeiro e dezembro são meses que prejudicam a divulgação e

672 participação , pois são meses sem período escolar e não se prejudicar a eleição, e na  
673 próxima eleição de setembro, avaliar e discutir o edital de eleição. Neste momento abre-  
674 se chamamento para os interessados, entram em consenso os representante da  
675 sociedade civil, e a conselheira Flavia sugere que seja o Ivã e Pedro por se tratarem de  
676 instituições diferentes, aceita a sugestão, Flavia agradece. **Parecer da Comissão:**  
677 Indicação em Plenária, dos membros da Comissão, como sugestão 04 membros. **Parecer**  
678 **do COEDE: Representantes Governamentais: Felipe e Eliseu. Representantes Não**  
679 **Governamentais: Pedro e Ivã.** O Presidente Luiz Felipe, fala do fundo do COEDE e fala  
680 que é um vai e vem da SEFA, e fala que agora irá sair, e informa que dia dezessete de  
681 setembro de 2019, em função do mês de setembro ser o mês da deficiência, irão fazer um  
682 encontro no MON na área de empregabilidade, focado no jovem aprendiz PCD,  
683 juntamente com a área do Trabalho, estarão as agências de trabalhador de Curitiba,  
684 Região Metropolitana, Campos Gerais e Litoral, será o 1º encontro ,irão ter macro regioes  
685 para região oeste e norte e que serão cinco encontro para se divulgado o jovem aprendiz  
686 PCD e suas funcionalidade e que o governo de estado através da Secretária de Justiça  
687 Trabalho e família possa fazer a instrução e capacitação e propagação de seus  
688 funcionários para que seja junto com as instituições formadoras , ESPRO, GERAR, CIEE  
689 e SENAC para que possa fazer no Estado inteiro o trabalho de várias mãos, pois a falta  
690 de conhecimento é muito grande em cima deste trabalho, que o CONDOR por intermédio  
691 deste trabalho já a fez 1º contratação fruto de reuniões que foram feitas nesta Secretaria  
692 e pede a participação de todos, fala ainda da reunião que será feita na SEDU que envolve  
693 as APAEs e escolas especiais junto com o Paraná Cidade, a ter recursos especias para  
694 obras. A conselheira Claudia, manifesta-se pedindo que seja feita uma capacitação pois  
695 muitas entidades, não conseguem os recurso, devido as documentações. Despede-se e  
696 encerra a reunião às dezessete horas e 18 minutos. O Conselheiro Ricardo informa que  
697 esta desenvolvendo um artigo científico na questão da empregabilidade, informando que  
698 pessoas com deficiência com curriculum extensos e pessoas sem deficiência com  
699 currículos inferiores, foi contratado e depois capacitado para desenvolver a função. A  
700 presente ata foi gravada e redigida pela Secretaria Executiva Jane Vasques, e após  
701 aprovada, será publicada no DIOE e publicizada no site do COEDE/PR.

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741